

Processo n.º : 02022.010879/2002-45

Interessado: Petrobrás S/A

Assunto: Auto de Infração 326031 D

Data da autuação: 30/10/2002

Local de infração: Município de Macaé no Estado do Rio de Janeiro

Valor da Multa: R\$ 1.000.000,00

Ref: Ofício 220/2002/CONAMA/MMA

Relatório:

A recorrente Petrobrás S/A, por operar plataformas de produção e escoamento de petróleo e gás natural contrariando normas legais e regulamentares e não mantendo as exigências técnicas referentes ao licenciamento da atividade, teve lavrado contra si o auto de infração 326031 D, através do qual lhe foi imposta multa no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais). Tal autuação fundou-se nas disposições dos artigos 70 a 72 c/c o artigo 60 da Lei Federal 9605 de 1998 e inciso II artigo 2.º c/c o artigo 44 do Decreto Federal 3179 de 1999.

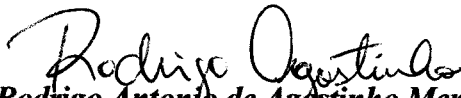
Apresentou a empresa autuada defesa administrativa à Ministra de Estado do Meio Ambiente, que foi julgada indeferida, consoante se verifica à fl. 153 dos autos. A matéria foi reexaminada pela Consultoria do Ministério, que concluiu, preliminarmente, pelo conhecimento do apelo, e pela rejeição das prefaciais, e no mérito, pela sua denegação, tendo em vista a comprovação do descumprimento da legislação ambiental.

Esta matéria já havia sido analisada antes em outras oportunidades onde de igual sorte havia sido indeferida.

O CONAMA possui como competência decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, mediante depósito prévio, sobre multas e outras penalidades impostas pelo IBAMA, conforme inciso III, do artigo 8.º da Lei 6.938 de 1981 que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente.

Bem analisada a presente matéria, em especial o Parecer 152 CGAI/CONJUR/MMA/ 2004, fls 146 a 151 e o recurso da recorrente, fls. 161 a 180, temos que o auto de infração ora impugnado foi lavrado em perfeita consonância com as disposições legais pertinentes à matéria, pelo que opino pelo improvimento do recurso, nos mesmos termos do parecer 152 da CONJUR do Ministério do Meio Ambiente.

É o Parecer.


Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça
Instituto O Direito por Um Planeta Verde

Membro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONAMA